

Convenções jornalísticas e mudança política no início do século XX

Journalistic Conventions and political change at the beginning of the 20th century

https://doi.org/10.14195/2183-5462_43_4

Júlia Leitão de Barros

Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Comunicação Social, Portugal
julialbarros@gmail.com

Submetido: 2023-06-30 | Aceite: 2023-09-19
Submitted: 2023-06-30 | Accepted: 2023-09-19

Resumo

O presente trabalho é um contributo para a reflexão do processo de democratização da vida política portuguesa, na viragem do século XIX para o século XX, através da análise da alteração na forma de comunicar o assunto político nos jornais diários portugueses.

A titulação das peças jornalísticas inclui-se entre os dispositivos comunicacionais disponíveis, no final do século XIX, para destacar e facilitar a leitura das notícias atuais. Através da análise do uso do título, na primeira página, em seis jornais diários de Lisboa, no período de 1889 a 1907, defendo que até ao início do século XX prevaleceu uma convenção jornalística hostil ao uso de títulos *grandes* que destacassem o assunto político. Esta quebra-se com a adoção de novas práticas de titulação que alteraram a leitura do jornal, favorecendo a afirmação de uma nova representação da “política”, mais exposta, relevante e acessível a um público mais vasto.

Palavras-chave

comunicação política; convenções jornalísticas; republicanismo; titulação

Abstract

The present work is a contribution to the reflection on the democratization process of portuguese political life, at the turn of the 19th to the 20th century, through the analysis of the change in the way political subjects are communicated in portuguese daily newspapers. The titling of journalistic pieces is among the available communication devices, at the end of the 19th century, to highlight and facilitate the reading of current news. Through the analysis of the use of titles on the front page of six daily newspapers in Lisbon from 1889 to 1907, I argue that until the beginning of the 20th century, there prevailed a journalistic convention hostile to the use of large titles that emphasized political subjects. This changed with the adoption of new titling practices that transformed the newspaper-reading ex-

perience, facilitating easier access to political content, and promoting the emergence of a new representation of politics, one that is more exposed and approachable for a wider audience.

Keywords

political communication; journalistic conventions; republicanism; titling

1. Introdução: desafios e limites do caso de estudo

O presente estudo defende que não é possível compreender a transformação política ocorrida, no início do século XX, em Portugal, sem valorizar a mudança nas formas de comunicar o assunto político nos jornais diários de Lisboa¹. Para isso proponho-me estudar os jornais não como meros transmissores de mensagens, de um emissor para um recetor, mas como produtos culturais, dinâmicos, seguindo Schudson (1999, p. 279) quando defende: “o poder dos média está não apenas (e nem sequer primariamente) no seu poder de declarar as coisas como sendo verdadeiras, mas no poder de fornecer as formas nas quais as declarações aparecem”. No mesmo sentido também Broersma (2007, p.23) considera: “o jornal deve ser visto como uma incorporação cultural de códigos sociais sobre modos aceitáveis de representação da realidade social”. Explica o autor: “os jornalistas precisam de formas para apresentar a informação que recolhem. O estilo de um jornal é articulado com as formas que utiliza para apresentar o mundo social aos seus leitores (...). As formas relacionam-se com convenções presentes na ilustração de textos e elementos tipográficos”. Neste estudo sobre convenções jornalísticas assume-se que estas integram e reforçam representações sociais.

Entre os dispositivos comunicacionais que os jornais dispunham, no início do século XX, para destacar o político (representando-o), sobressai o recurso ao título, já então um meio eficaz para divulgar as notícias atuais. O historiador Luís Trindade (2006, p.28) considera que a introdução simultânea do grande título e da fotografia, neste período, operou uma mudança comunicacional assinalável: “(...) foi o próprio texto, em forma de título, que ganhou poder expressivo. A partir desse momento, a palavra tornou-se finalmente imagem, e o texto tradicional adaptou-se ao novo regime comunicacional (...)”.

Num período em que os géneros jornalísticos estão longe de estar estabelecidos, quando o comentário invade quase todo o conteúdo informativo, a escolha da análise do uso do título permite aproximarmo-nos do tratamento jornalístico do assunto político e, simultaneamente, circunscrever o objeto de estudo a um elemento tipográfico autónomo e autossuficiente.

Convém chamar a atenção para as dificuldades metodológicas que se levantaram, e desde logo, a amplitude do acervo documental disponível, dado que a imprensa diária de Lisboa rondava os vinte títulos. Por outro lado, a análise da introdução

¹ Este trabalho resulta de uma primeira abordagem à análise de títulos presente, em anexo, na tese de doutoramento defendida pela autora, em 2014. Pretendeu-se aqui alargar a análise do *Diário de Notícias* e do *Diário Popular*, que não tinham sido anteriormente integralmente tratados.

de uma nova prática jornalística impunha um levantamento de dados num período alargado, que permitisse evidenciar, no processo de adoção do grande título, a inclusão do assunto político. O método de amostragem impôs-se, no entanto, como no final do século XIX a utilização do título grande era muito irregular, não se considerou adequado o recurso a recortes temporais específicos que recaíssem em todos os jornais diários. Optou-se, assim, pela análise integral de seis títulos da imprensa diária, com um recorte temporal relativamente longo, de 1889, véspera da crise do *Ultimato britânico*, até ao final do ano de 1907, véspera do regicídio. A escolha dos jornais revelou-se determinante, e procurou ser representativa da diversidade política e jornalística, incluindo quer os jornais informativos (Baptista 2011; Tengarrinha 1971; Dias 2007), com maior tiragem no país, *O Século* e o *Diário de Notícias*, quer os jornais político-partidários de diferente filiação política. A seleção dos diários monárquicos recaiu naqueles que apresentam um maior número de referências em memórias e monografias: o *Diário Popular*, criado em 1866, próximo do Partido Regenerador, e o *Novidades*, criado em 1885, próximo do Partido Progressista. A escolha dos jornais republicanos, o *Vanguarda* e o *O Paiz/O Mundo*², deveu-se ao prestígio e longevidade, aspeto relevante numa imprensa marcada por projetos editoriais breves. Não obstante, estes não cobrem todo o período da amostra, o *Vanguarda* é criado em 1891, e o *O Paiz/ O Mundo*, em 1895. Por último, restringi a análise dos títulos à primeira página e nesta registei apenas aqueles que recaíam *sobre mais de uma coluna* (títulos *grandes*) por constituírem a maior novidade do período³. Note-se que o mais frequente era o recurso a títulos sobre uma coluna, que se repetiam inalteráveis por longos períodos, anunciando determinada secção do jornal (regular, mas não necessariamente diária), de carácter informativo (como o Movimento Marítimo, Bolsa, Espetáculos, etc.), de opinião e comentário (editoriais e crónicas, estas normalmente assinadas), ou de informação e comentário (como as generalizadas rubricas de “Ecos e Notícias”). A prática de titulação mais vulgar tendia a utilizar uma designação simples que, frequentemente, remetia para uma personalidade, localidade ou instituição.

Por outro lado, convém assinalar a presença de um vasto leque de práticas relacionadas com a titulação (Barros 2021). Era recorrente a falta de autonomia do título face ao texto, obrigando o leitor a prosseguir a leitura pela peça jornalística ou, ao invés, o título também podia surgir como texto autossuficiente. São disso exemplo os títulos *grandes*, sobre todas as colunas, que se apresentavam como um “resumo” do dia, que enumeravam com subtítulos sucessivos informação diversa, por vezes de carácter nacional e internacional. Gouveia (2010, p.98) na análise que realizou ao *O Século*, no período do *Ultimato*, chama-lhes *superleads*. A margem de autonomia do título *grande*, sobretudo aquele que ocupava todas as colunas, reforçava-se pela sua disposição gráfica, pois, mesmo quando continha um único assunto, quase nunca recaía integralmente sobre a peça noticiosa que destacava.

² O jornal diário *O Paiz* foi criado em 1895, no entanto, de forma a contornar a repressão política que sobre ele recaiu, assume várias designações, *Lanterna*, *Pátria* e finalmente, em 1900, *O Mundo*. Optei por o identificar como *O Paiz /O Mundo*.

³ As fotos, os croquis, os mapas, as plantas de edifícios e os quadros, com resultados eleitorais parciais, eram frequentemente intitulados, mas optei por não os contabilizar aqui.

A diversidade de práticas de titulação levou-me a introduzir uma outra modalidade de análise: contabilizar os títulos que inseriam antetítulos e subtítulos, por integrarem mais informação e/ou explicação. Por último, interessou-me compreender o tratamento jornalístico em título *grande* dos assuntos que recaíam sobre política nacional, nesse sentido distingui essa temática na análise.

O presente trabalho procura ser um contributo para a reflexão em torno do processo de democratização da vida política portuguesa, na viragem do século XIX para o XX, fortemente dependente da massificação política. A defesa da democracia decorria então em dois terrenos de luta com fronteiras pouco claras, num lutava-se contra os obstáculos institucionais, noutro contra o indiferentismo e exclusão política prevaletentes, ou seja, pela imposição da legitimidade da ideia-força de igualdade política.

Importa ter presente que na monarquia liberal portuguesa, até à crise do *Ultimato* de 1890, a disputa política se desenrolou no seio de uma elite política enquadrada por dois partidos, o Partido Regenerador e o Partido Progressista, formados por voláteis redes clientelares verticais. Estas formações partidárias eram coligações de notáveis, ajustadas por vínculos pessoais, vocacionados para tarefas eleitorais que consistiam, antes de mais, na negociação e distribuição dos recursos do Estado. O mecanismo de alternância política baseava-se na rotação no poder dos dois partidos, assente no desvirtuar do princípio eletivo, ao ponto de nenhum governo depender dos resultados eleitorais e as eleições serem forçadas para sancionar os governos previamente nomeados pelo rei. O questionamento da oligarquia monárquica e o alargamento do voto ganharam expressão no final do século XIX, quando o movimento republicano, interclassista e essencialmente urbano, se diversificou, integrando anarquistas, socialistas, republicanos moderados e radicais, com distintas propostas de tomada de poder, do gradualismo à revolução.

Refira-se ainda que no início do século XX se assistia nos regimes liberais parlamentares europeus a uma forte tendência para alargar o sufrágio tendo a corrente demoliberal ganho força institucional e legislativa. Em Portugal, não. A reforma eleitoral de 28 de março de 1895, decretada pelo governo regenerador, estabeleceu novas regras, mantidas até ao 5 de outubro de 1910, que Almeida (2011, p.88-89) descreve: “o novo diploma impôs critérios mais restritivos de «inclusão cívica» nomeadamente suprimindo a categoria de «chefes de família» (...). A consequência imediata desta reforma foi uma brusca contração do universo dos cidadãos (...). Se em 1890 os eleitores recenseados representavam perto de 19% da população total, em 1895 essa percentagem decaiu para metade (c. 9,5%)”. Nesse sentido, o mesmo autor considera que a lei eleitoral de 1895: “significou não só um claro retrocesso na evolução do sufrágio em Portugal, como destoou da tendência dominante da Europa liberal” (p. 88). À exceção da Itália, a tendência era para a adoção do sufrágio universal masculino (Espanha, 1891; Bélgica, 1893; Áustria, 1896; Noruega 1898; Finlândia, 1906; Suécia, 1906) ou para o alargamento do voto (Países Baixos, 1896; Luxemburgo, 1892 e 1902).

Mas sabemos pouco sobre o percurso da ideia-força do sufrágio universal em Portugal, e não existe consenso na historiografia quanto aos agentes do processo de democratização em curso na década de noventa. Para Rosas (1989),

o impacto da crise económica, financeira e política, de 1890-91, teve efeito na estrutura social, originando uma pressão democratizante liderada pelo republicanismo. Já para Rui Ramos (2001), o processo de democratização da sociedade portuguesa segue à margem do republicanismo assentando no projeto de uma elite ilustrada.

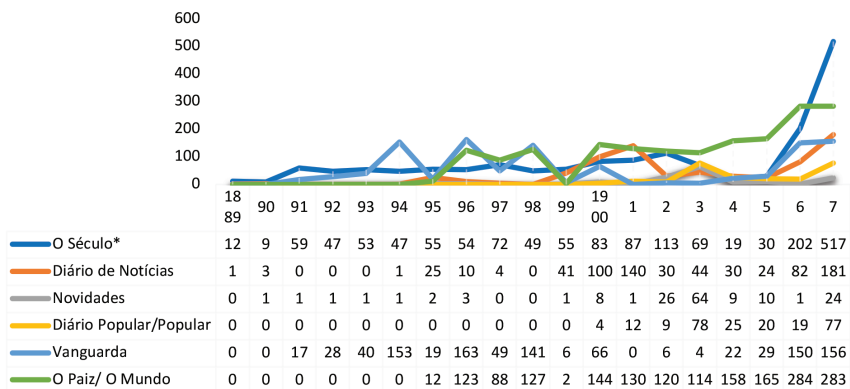
Partindo da análise do uso do título, no período de 1889 a 1907, defendo que entre os fatores explicativos do processo de democratização deve também constar a progressiva afirmação de uma nova representação do político nos jornais portugueses. Procura-se aqui superar a dificuldade em balizar o conceito de democratização através da sua inserção num contexto histórico definido, marcado pela discussão seminal em torno do princípio da igualdade política. Parte-se da definição mínima de Norberto Bobbio (2006, p.66) sobre democratização como processo de extensão do «poder ascendente», isto é, aquele que «vai de baixo para cima». Democratização, ainda, como processo de emancipação, aqui entendida no sentido de Rancière (2010, pp. 64-65), de «saída do estado de menoridade», ruptura da «concordância entre uma *ocupação* e uma *capacidade*». Democratização, em suma, enquanto processo ligado à representação da política como uma arena aberta a todos, de afirmação da ideia de igualdade política face ao indiferentismo e exclusão prevaletentes.

2. O título *grande* como desvio

Pela análise do Gráfico 1 é possível constatar que o título *grande* (sobre mais de uma coluna) esteve longe de constituir uma prática generalizada. A partir de 1900 nota-se uma crescente adoção, embora irregular, do uso do título *grande*, que se intensifica de forma quase generalizada a partir do ano 1906. À exceção dos jornais republicanos e, em determinadas conjunturas, n' *O Século*, a prática de titulação não participava na rotina diária dos jornais analisados. Entre 1889 e 1899, os jornais republicanos, o *O Paiz/ O Mundo* e o *Vanguarda*, logo seguidos d'*O Século*, distinguem-se pela maior frequência no uso de títulos sobre mais de uma coluna. Mas a proximidade d'*O Século* aos jornais republicanos terminava aqui. Quando observamos a prática de titulação do *O Século*, do *Vanguarda* e do *O Paiz/ O Mundo*, na década de noventa, apercebemo-nos que estes dois jornais republicanos se distinguiam, quer pela presença em título dos assuntos de política nacional, quer pelas recorrentes sínteses noticiosas publicitadas nos antetítulos e nos subtítulos (Gráfico 2)⁴. Em dez anos, entre 1889 e 1899, dos 512 títulos recenseados sobre mais de uma coluna presentes no *O Século*, apenas 108 tratam de política nacional.

⁴ Note-se que os números relativos ao *O Século* cobrem os anos de 1889-1899, enquanto o *Vanguarda* e o *O Paiz/Mundo*, recaem em período mais curto, respetivamente, 1891-1899, 1895-1899.

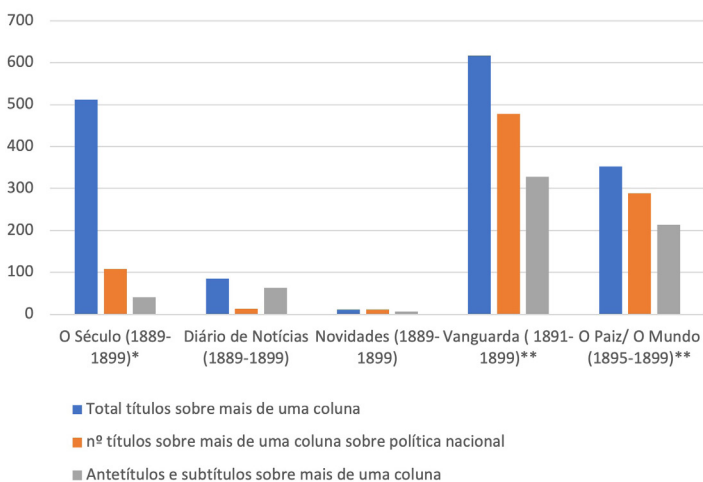
Gráfico 1. Total anual de títulos sobre mais de uma coluna, por jornal diário, 1889-1907



Fonte: autora

* O Século: 1891 não inclui edições de abril a dezembro

Gráfico 2. Total títulos sobre mais de uma coluna/ n° títulos sobre mais de uma coluna sobre política Nacional/ n° Antetítulos e subtítulos sobre mais de uma coluna (1889-1899)



Fonte: autor

* O Século: 1891 não inclui edições de abril a dezembro.

* Vanguarda fundado em 1891 e O Paiz /O Mundo fundado em 1895.

A análise do Gráfico 1, sobre a distribuição anual dos títulos *grandes* no *O Século*, permite constatar que, na década de 90, o recurso a títulos de política nacional, so-

bre mais de uma coluna, se concentrou no período de crise política do *Ultimato*, isto é, entre 1889 e 1891, deixando de ter expressão a partir de 1892. Convém precisar que os números de 1891 respeitantes ao *O Século*, incluem apenas os meses de janeiro, fevereiro e março, por estarem indisponíveis à consulta os meses seguintes⁵. A partir de 1892, os títulos *grandes* tenderam a recair nos assuntos “não políticos” (assuntos de interesse humano, de política internacional, de desporto, de autopromoção, efemérides e *faits divers*). O jornal *O Século* que se distingue durante a crise do *Ultimato* pelo recurso a *superleads* de carácter político adota uma nova titulação do assunto político nacional (Gráfico 2).

Através do Gráfico 1 é claro o desinteresse, entre 1889 e 1899, pelo uso do título sobre mais de uma coluna, por parte do *Diário de Notícias* e dos jornais monárquicos. O *Novidades* e o *Diário de Notícias*, só excepcionalmente utilizam o título *grande*, e o *Popular* ignora-o. O *Novidades*, entre 1889 e 1899, utiliza 11 títulos *grandes*, e nestes predominam os assuntos de política nacional, acompanhados de subtítulos/antetítulos.

O *Diário de Notícias* quase prescinde deste formato jornalístico suscetível de atrair leitores. Sempre apresentado, nas suas histórias institucionais, como dinamizador do jornalismo informativo, o *Diário de Notícias* surge, no que respeita à prática titulação, pouco disponível em incorporar a novidade do *grande* título, que a imprensa popular de massas adotara, da Europa aos EUA. Face à titulação o comportamento do *Diário de Notícias*, ao invés de inovador, parece alinhado com os jornais político-partidários do campo da monarquia. A coincidente postura face ao título, presente no próspero *Diário de Notícias* e nos jornais políticos, *Novidades* e *Popular*, colocam algumas questões sobre a gama de motivações presentes na adoção do título *grande*. A possibilidade de a postura destes jornais decorrer de limitações de ordem orçamental e/ou técnica, por exemplo, saiu relativizada, pois a titulação sobre mais de uma coluna surge não só em anúncios publicitários, mas também em legendas de fotos e mapas nestes jornais.

No *Diário de Notícias*, entre 1889 e 1899, surgem apenas 85 títulos sobre mais de uma coluna (em dez anos), nos quais a atualidade política nacional tem um lugar residual – apenas aparece em 13 primeiras páginas. Refira-se que a intensificação do recurso ao título *grande*, no ano de 1895 e, posteriormente, entre 1899 e 1901, acompanha o esforço de autopromoção do jornal. Já o uso do título *grande* para assuntos de política nacional parece reservar-se para a celebração de figuras públicas ou acontecimentos que se pretendem elevar a extraordinários. O título surge como um ícone solene e aclamativo, que resulta não tanto da retórica utilizada, mas da excepcionalidade do seu uso. E leiam-se alguns títulos sobre todas as colunas presentes no *Diário de Notícias*, entre 1889-1899: “Sua Majestade El-Rei o Senhor D. Luiz I”, com subtítulo: “31º Rei de Portugal” (1889); “Homenagem aos Heroicos Expedicionários de Lourenço Marques” (1896). Apenas um título a todas as colunas assume um teor informativo político, em agosto de 1891, na assinatura do acordo entre Portugal e a Grã-Bretanha sobre os limites territoriais de Angola e Moçambique.

O uso do título *grande* surge como um recurso de forma que permite um corte com a normalidade, muito semelhante ao que ocorre na redefinição da programação televi-

⁵ A inclusão dos restantes meses na análise, com grande probabilidade, tornaria mais flagrante a mudança ocorrida n’*O Século* em 1892

siva, estudada por Daniel Dayan e Elihu Katz (1999), a propósito dos acontecimentos mediáticos televisivos. Através da titulação, a imprensa contribui para a definição do significado dos factos que noticia, representando-os como acontecimentos solenes, celebrativos e até festivos, que exigem aos adversários a suspensão dos conflitos, procurando suscitar um ambiente de unidade e excepcionalidade. *O Diário de Notícias* é o primeiro a fazer este uso do título *grande*, logo seguido pelo *O Século*, e já no início do século XX, também pelos jornais monárquicos. A título de exemplo, na década de noventa, a prisão de Gungunhana, por Mouzinho de Albuquerque, e sua posterior exposição em Lisboa, constituiu um momento de celebração inédito na imprensa portuguesa.

Quando nos aproximamos do uso de título *grande* pel' *O Século*, a partir de 1892, verificamos que a temática celebrativa, de assuntos de política nacional, quase coincide com o *Diário de Notícias*. É o que se verifica no ano de 1896: dos 54 títulos *grandes* d' *O Século*, onze referem-se ao sucesso militar da política colonial⁶. Em contrapartida, o debate político-partidário e a atividade governativa estão ausentes dos seus títulos *grandes*. Contudo, já na viragem do século, além da ausência da vertente político-partidária, junta-se uma outra novidade: um destaque sobre o monarca português. A 21 de maio de 1899, num título sobre quatro colunas, lia-se: "Visita Real a Évora". O facto é tanto mais assinalável quanto, nesse ano, dos 55 títulos sobre mais de uma coluna, apenas 4 recaíam sobre assuntos de política nacional. O uso que *O Século* fez do título *grande*, sobre política nacional, a partir de 1892, coloca-o próximo do *Diário de Notícias* e do jornalismo político-monárquico.

Se considerarmos que a alteração de práticas, formas e convenções jornalísticas, decorre de mudanças tecnológicas, económicas e/ou socioculturais (Broersma, 2007), a partilha de uma cultura jornalística hegemónica sobressai como fator explicativo, dada a renitente adoção do título *grande* por parte d'*O Século* e do *Diário de Notícias*, já então empresas jornalísticas prósperas e com acesso a tecnologia. Com alguma probabilidade a resistência em elevar o debate político a assunto destacável por título revela uma convenção jornalística que serve o campo político. Esta interpretação torna-se mais plausível quando observamos, na década de noventa, as exceções reenseadas: os jornais republicanos da amostra, o *Vanguarda* e o *O Paiz/ O Mundo*.

Detenhamo-nos no *Vanguarda*, criado por Alves Correia em 9 de março de 1891, no rescaldo da revolta de 31 de Janeiro. Provavelmente devido ao novo quadro legal, que reforçou as medidas punitivas como multas, suspensão e supressão de jornais (Lei de imprensa de Lopo Vaz, 29 de março 1890), o *Vanguarda* não adopta de imediato o padrão de titulação que haveria de seguir a partir de 1892. Na década de noventa, utilizaria o título sobre mais de uma coluna de forma irregular. No Gráfico 1 é possível observar um crescimento desta prática, nos quatro primeiros anos, com queda acentuada em 1895, logo seguida de franca recuperação, no ano seguinte, para passar a um intermitente investimento no título *grande*, que haveria de transformar-se num recurso quase excepcional, já no ano de 1899. Se a estes dados quantitativos juntarmos a análise temática dos títulos, constatamos que este jornal, embora presente, no ano de 1898, um total de 141 títulos *grandes*, alterou o seu critério de

⁶ Leiam-se: "Lourenço Marques", "Na Hora da Aclamação", "Os Expedicionários", "Viva o Exército! Viva a Marinha", "No País dos Vátuas", "O comercio em África", "A cidade de Macau", "A Revolta na Índia", "As terras da Lunda, O Planalto de Malange", "Os Namarrais", "O Congo Português".

titulação, pois verificamos que 116 recaíam sobre política internacional. Naquilo que aqui nos interessa, *O Vanguarda* tendeu, a partir de 1896, a abandonar o uso do título *grande* sobre política nacional, postura que iria manter quase sem interrupções até 1905, contrastando com o *O Paiz/ O Mundo*.

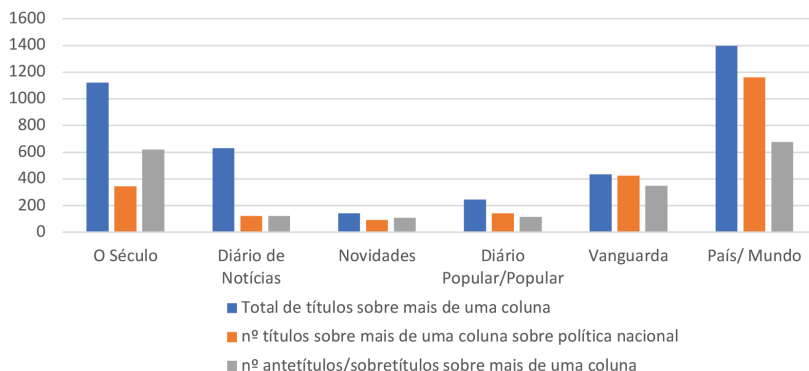
Acompanhar a titulação do *Vanguarda* obriga a ter presente o percurso acidentado da direção política deste jornal. O ano da primeira quebra no uso do título, 1895, coincide com a rutura do diretor, Alves Correia, com os administradores do jornal (lançando em novembro o novo título o *O Paiz*, antecedente de *O Mundo*), tomando Faustino da Fonseca o seu lugar, até janeiro de 1898. O *Vanguarda* permaneceria sem diretor (pelo menos assumido publicamente) até 16 de outubro de 1898, data em que Magalhães Lima toma a direção do jornal imprimindo-lhe um estilo moderado.

Em contrapartida, o *O Paiz/ O Mundo* apresenta uma quebra no número de títulos no ano de 1899 (Gráfico 1), que coincide com a saída de João Chagas da direção do jornal, sucedendo-lhe José Benevides, membro do diretório do partido republicano, defensor da linha gradualista, moderada, não revolucionária. A 1 de janeiro de 1900, quando França Borges assumiu a direção do jornal, retomou a titulação, seguindo a linha do republicanismo radical.

Desta forma, podemos afirmar que o jornalismo republicano segue diferentes práticas de titulação que provavelmente se articulam com as distintas formas de conceber a ação política e a via para a tomada de poder. Quando olhamos a distribuição do número de títulos *grandes*, que ocorrem nestes jornais republicanos, não podemos deixar de considerar que a prática de titulação constituía uma opção editorial relevante e distintiva.

Não obstante, é possível constatar uma espécie de padrão semelhante, entre a titulação no *Vanguarda*, nos anos de 1892-94, 1896, e de 1905 a 1907, e a prática de titulação do *O Paiz/ O Mundo*, em todo o período de 1895 a 1907, com exceção do ano de 1899. Nos dois jornais republicanos, na década de noventa, o uso do título *grande*, e de antetítulos/subtítulos, não foi só mais intenso, face à restante imprensa da amostra, como recaiu em assuntos de política nacional (Gráfico 2 e 3).

Gráfico 3. Total de títulos sobre mais de uma coluna/nº títulos sobre mais de uma coluna sobre política nacional/ nº antetítulos/ sobretítulos sobre mais de uma coluna (1900-1907)



Fonte: autora

Estes títulos sobre mais de uma coluna tinham uma característica: privilegiavam a informação atual sobre a atividade política do governo, do parlamento, do monarca, dos tribunais e do exército. No ano de 1892, no *Vanguarda*, no total de 28 títulos sobre mais de uma coluna, apenas três remetem para a atividade interna do partido republicano, e só um o nomeia⁷. Esta postura repete-se nos anos seguintes. Mesmo nas temáticas de política nacional que incitam à mobilização política, e aqui destacam-se os atos eleitorais, os protestos e os comícios, não é dado relevo ao protagonismo do partido, nos títulos *grandes*. O jornal *O Paiz/O Mundo* segue a mesma postura, entre 1896 e 1899, a referência explícita ao republicanismo está quase ausente. Apenas dois títulos destacam o partido republicano⁸. A menção aos “notáveis” do partido, nesta década de noventa, também surge sem expressão⁹.

A prática de titulação, aqui recenseada, parece refletir o novo quadro partidário do republicanismo. As medidas repressivas levadas a cabo pela monarquia, no rescaldo da revolta do *31 de Janeiro*, contribuíram para a desarticulação da estrutura do partido republicano e para a sua crescente divisão interna (Valente 1999; Catroga 2000). Os jornais republicanos apresentam autonomia editorial, quer da restante imprensa diária, quer do que resta da estrutura do partido.

Durante a década de noventa foi o *O Paiz/ O Mundo* o único jornal a noticiar, com destaque no título, por exemplo, as mudanças de chefia partidária no governo¹⁰, alguns debates parlamentares e sobretudo os atos eleitorais, dotando-os de invulgar conteúdo competitivo, ao invés de se limitar a incluir mapas de resultados eleitorais, muitas vezes parciais, como era prática corrente na restante imprensa.

Na imprensa republicana assume relevância um formato jornalístico de intervenção no debate político também presente nos jornais monárquicos de oposição: a campanha. No entanto, o jornalismo republicano elevou-as a título, prolongou-as no tempo, e explicitou-as em sínteses explicativas através dos seus subtítulos. Uma parte considerável das campanhas republicanas integraram a controvérsia política presente na imprensa monárquica oposicionista, simplificando a forma de leitura através de títulos e subtítulos que descreviam em poucas linhas o objeto das campanhas, “organizando” a leitura sobre a atualidade, reforçando pela forma apelativa (do título *grande*) o conteúdo melindroso do combate político. A título de exemplo, logo em janeiro de 1892, o jornal *Vanguarda*, através de títulos *grandes*, resumia aquilo que outros jornais monárquicos escreviam em letra miúda, em extensos editoriais, isto é, responsabilizava a classe política pela “bancarrota” do estado português, que levava o ministro das finanças Oliveira Martins a decretar medidas de austeridade (como o lançar uma taxa entre os 5 e os 20% sobre ordenados, soldos e pensões; estabele-

⁷ Em junho lia-se: “O Partido Republicano ao País”, sobre todas as colunas.

⁸ No jornal *O Paiz/ OMundo* a temática dos comícios surge em 12 títulos *grandes*, em 1897, em 5 títulos, em 1898, mas o republicanismo não é destacado.

⁹ Só um título refere um correligionário, mas sem o referenciar como republicano, em 18 de julho de 1897.

¹⁰ Logo em 1897, a 5 de fevereiro, sobre todas as colunas, anuncia a queda do governo regenerador: “A demissão do governo”, e nos cinco dias seguintes, notícia e comenta, em título, a rotação no poder dos partidos monárquicos. Em 1900, o jornal será o único a dar relevo à queda do governo progressista, com três títulos *grandes*.

lecer uma taxa de 30% sobre os rendimentos de dívida pública interna)¹¹. A cultura política belicista presente na atividade política monárquica, a florada nos “fundos” da sua imprensa oposicionista ou mesmo na luta parlamentar, é aqui apropriada por uma postura jornalística excêntrica, que exhibe e eleva a título e subtítulo o carácter combativo da política. O jornalismo republicano incorpora nas suas práticas jornalísticas o trabalho de distinguir, resumir e salientar, quase quotidianamente, assuntos da atualidade política. Em contrapartida, os restantes jornais da amostra optam por não recorrer ao título *grande*.

O jornalismo republicano, embora com oscilações na sua postura de titulação, andava a quebrar com a convenção jornalística que impunha discricção no tratamento dos assuntos políticos, recorrendo a títulos *grandes* e extensos subtítulos, sínteses noticiosas dos factos políticos considerados relevantes. Através desta nova prática alterava o grau de complexidade da leitura do jornal diário.

3. A mudança na comunicação política (1900-1907)

A partir de 1900 assiste-se a um crescente uso do título *grande*, em valor absoluto, nos jornais analisados (Gráfico 1). Mas esta prática jornalística não seguiu um sentido progressivo e linear nos diferentes órgãos diários. Em particular o *O Século*, que na década de noventa se destacara no uso do título *grande*, quase deixa de o utilizar, nos anos de 1904-1905, voltando a empregá-lo reiteradamente, a partir de 1906. O *Diário de Notícias* que, desde 1899, apresenta um número crescente de títulos sobre mais de uma coluna, a partir de 1902, diminui acentuadamente esse número (de 140 títulos em 1901, passa para 30 em 1902) retomando o seu uso também em 1906. O jornal republicano *Vanguarda* apresenta um percurso semelhante, também quase abandona esta prática a partir de 1901 (em 1900 utilizara o título *grande* 66 vezes), recuperando-a no ano de 1906 (apresenta 150 títulos em 1906, e 156 em 1907).

Já os jornais monárquicos apresentam um maior número de títulos *grandes*, apesar de pouco expressivo e irregular. O *Diário Popular* só em 1900 adota o título *grande*, embora de forma pouco significativa (4, em 1900; 12 em 1901; 9 em 1902). Aumenta consideravelmente o número de destaques em título no ano de 1903 (78), mas é um uso temporário, que perde o fôlego nos anos seguintes, mas que voltará a ter expressão em 1907 (77). O *Novidades* intensifica uso do título, em 1902 e 1903, para quase o abandonar (apenas um título *grande* em 1905), tornando a usá-lo em 1907 (24). Apenas o jornal o *O Mundo* mantém o uso regular do título sobre mais de uma coluna, em todo o período de 1900 a 1907. As oscilações no número de títulos permitem salientar que a grande titulação ainda é considerada uma prática prescindível e sujeita a constrangimentos. No entanto, a imprensa diária parece ter adotado de forma generalizada o título *grande* no ano de 1907.

Assinalável é o facto de todos os jornais, entre 1900 e 1907, terem usado com maior frequência os títulos *grandes* para assuntos de política nacional, e integrarem nestes, com maior regularidade, antetítulos e subtítulos (Gráfico 3). A partir de 1906, nos jornais *Diário Popular*, *Novidades* e *Vanguarda*, os assuntos de política nacional

¹¹ Nesse ano no total de 28 títulos *grandes*, 11 deles recaíam sobre esta temática.

quase tomam conta dos títulos sobre mais de uma coluna. Já o *O Século* e o *Diário de Notícias* apresentam uma maior diversidade nos temas intitulados, mas a política nacional ganha relevância. O *Diário de Notícias* que nos dez anos anteriores (1889-1899) apenas intitulara 85 artigos, inesperadamente, em apenas dois anos, 1906 e 1907, apresenta 263 títulos, 82 recaem em política nacional. N' *O Século*, em 1906, dos seus 202 títulos *grandes*, 123 referem-se a política nacional e, no ano seguinte, dos seus 517 títulos *grandes*, 92 abordam a mesma temática.

Esta análise aponta claramente para a transformação ocorrida no terreno da comunicação política durante o governo de João Franco, no período imediatamente anterior ao regicídio (1 fevereiro 1908): a imprensa diária de Lisboa adotara o título político com uma intensidade inédita entre 1906 e 1907. No entanto, até 1906, foram paulatinamente surgindo algumas novidades na titulação, como o maior destaque dado aos chefes de partidos, à composição de ministérios, às discussões parlamentares, aos negócios públicos, aos comícios e atos eleitorais.

Porém, entre 1900 e 1905, o formato de título “celebrativo” tendeu a impor-se, exceto nos jornais republicanos. Este é ainda o período em que se assiste a uma aproximação dos jornais informativos relativamente ao uso do título *grande*. O *Diário de Notícias* e o *O Século* tendem a utilizá-lo para se autopromoverem, para destacarem assuntos da atualidade política internacional e só excepcionalmente o utilizam para assuntos de política nacional. Mas à semelhança do que ocorrera após a prisão de Gungunhana, os dois jornais informativos tendem a utilizar o título *grande*, sobre política nacional, sobretudo para celebrar factos, elevando-os a acontecimentos. A viagem do rei D. Carlos e da Rainha D. Amélia aos arquipélagos da Madeira e dos Açores, em junho de 1901, constituiu o primeiro episódio recenseado, no qual a família real surge como protagonista principal, e ao qual a imprensa atribuiu um significado extraordinário. O *Diário de Notícias* concede-lhe 25 títulos sobre mais de uma coluna, o *O Século* acompanha-o, atribuindo-lhe 5 títulos (quatro deles sobre todas as colunas). Até 1906, proliferam os momentos de celebração “nacional”, entre outros, destaco a visita a Portugal do monarca britânico, Eduardo VII, e do monarca espanhol, Afonso XII. Em 1903, o mesmo destaque dado ao imperador da Alemanha, Guilherme II, e ao Presidente francês, Émile Loubet, em 1905. Importante é salientar que, no início do século XX, o *Novidades* e o *Diário Popular* acompanham os dois jornais informativos, participando com títulos *grandes* nestes momentos *celebração*.

Em contrapartida, até 1905, o jornal *O Paiz/O Mundo* continuaria a distinguir-se, quer pelo número de títulos sobre política nacional, quer pelos assuntos controversos que destaca. Nos dois primeiros anos do século XX ganham expressão as campanhas de teor anticlerical. Em 1900 este jornal apresenta 25 títulos *grandes* referentes a reportagem exclusiva, que denuncia abusos a menores, praticados pelo clero católico em instituições religiosas de acolhimento, com a complacência das autoridades judiciais. A temática seria retomada no ano seguinte com o famoso “caso Calmon”¹², o *O Paiz/O Mundo* destaca-o em 81 títulos (num total de

¹² O “caso Calmon” foi espoletado em 17 de fevereiro de 1901, e recaiu num episódio de contornos pouco claros, em torno da decisão voluntária, de Rosa Calmon, filha do cônsul brasileiro no Porto, de entrar num convento, descrito por alguns republicanos como um rapto praticado por elementos do clero. Originando manifestações e tumultos de dimensão inesperada,

130), enquanto o *Vanguarda* manteve postura discreta. Assinale-se que a vertente anticlerical desapareceria dos títulos sobre mais de uma coluna n' *O Paiz/O Mundo*. Na verdade, o ataque à classe política monárquica constituiria o assunto relevante, pelo menos até 1906. Em 1902 destaque-se a campanha contra a política financeira do governo regenerador, em particular a negociação em Paris de um acordo com credores sobre o pagamento da dívida externa portuguesa. Nesse ano, num total de 120 títulos, 41 recaíram sobre esta temática (entre janeiro e maio). Em 1903, na sequência dos confrontos ocorridos em Coimbra, entre 11 e 14 de março - naquela que ficou conhecida como a "revolta do grelo" - o *O Paiz/O Mundo* destaca essa luta contra os impostos, sendo acompanhado por outros diários (Torres 2018). A questão fiscal ganha expressão, nos primeiros meses de 1904, tomando conta de 24 títulos. Em todas estas campanhas, o jornal mantém a prática de incorporar nos títulos *grandes* a "voz" de monárquicos, como Paiva Couceiro (1902), Dias Ferreira (1903) e Dantas Borracho (1905).

Porém, o *O Paiz/O Mundo* distinguir-se-ia pela forma como destacou a temática eleitoral. Note-se que no movimento republicano a aposta na luta eleitoral não era consensual, a tal ponto que, no ano de 1899, o regresso do partido à competição eleitoral no Porto (depois de quatro anos a seguir a via do abstencionismo) não surge em título *grande* nos jornais republicanos (*Vanguarda* e *O Paiz/ O Mundo*) ou próximos do republicanismo (*O Século*). Contudo, quando assume a direção do jornal, em 1900, França Borges valorizará esta vertente da atividade política¹³. No ano seguinte, seria o seu jornal o único a elevar a título¹⁴ a nova legislação eleitoral (conhecida como "ignóbil porcaria"), o decreto de 8 de agosto, do governo regenerador de Hintze Ribeiro¹⁵.

Em contraciclo, entre 1900 e 1903, o *O Paiz/O Mundo* foi o único jornal que não prescindiu de aproveitar o período eleitoral para representar a política como uma arena competitiva. Em 1904, o empenho deste jornal na via eleitoral ganharia expressão. Durante os dez dias que antecederam o ato eleitoral de 24 de junho, este diário cobriu a campanha eleitoral, atividade inédita no jornalismo português. O jornal não só reproduziu fotos dos candidatos (Afonso Costa, António José de Almeida, Paulo Falcão, Bernardino Machado, Manuel de Arriaga), como introduziu, a 25, o título a duas colunas, "Propaganda Republicana", cujo conteúdo remetia para as atividades eleitorais. Nesse ano, também o *Vanguarda* concedia, pela primeira vez, sob direção de Magalhães Lima, destaque às eleições através de 2 títulos sobre todas as colunas.

sobretudo no Porto, a temática anticlerical assume relevo político, originando resposta governamental, como um inquérito à existência de casas religiosas, a 1 de março, e um decreto, a 18 de abril, que procurava acalmar os ânimos, buscando um compromisso entre as reclamações anticlericais e as casas religiosas estabelecidas à margem da lei.

¹³ Com 9 títulos *grandes*, alguns apresentam um tom polémico, como o de 2 de maio, sobre todas as colunas, que referia: "A situação no Parlamento. Descobre-se um cão de fila contra os deputados republicanos- Esse cão de fila é o bandido Emídio Navarro".

¹⁴ À lei eleitoral concede 4 títulos sobre todas as colunas.

¹⁵ Almeida descreve-a como um "acordo negociado nos bastidores com progressistas que visava blindar o «jogo rotativo» contra a ação corrosiva de fortes adversários internos (a cisão liderada por João Franco) e o previsível embate da agitação republicana nas principais cidades", Almeida (2011). O sistema eleitoral e as eleições em Portugal (1895-1910). In André Freire (Coord.), *Eleições e Sistemas Eleitorais no Século XX Português, Uma Perspectiva Histórica e Comparativa*. Edições Colibri, p.91.

Na restante imprensa, apesar da preponderância do título celebrativo, até ao ano de 1906, ano de viragem, como já afirmámos, assistimos, no que toca à titulação, à inserção, ainda que esporádica, de temáticas de política nacional até aqui ausentes nos títulos *grandes*. No *Diário Popular* o assunto político-partidário surge, pela primeira vez, em 1903, com a referência ao chefe do Partido Regenerador, Hintze Ribeiro, e, no ano seguinte, pelo destaque de vários perfis de ministros (da Guerra, da Justiça e da Fazenda). No mesmo ano, em abril, estreia-se uma efémera secção, destacada com títulos *grandes*, sobre a atividade parlamentar: “Na Câmara dos Deputados” (sempre seguida de subtítulos informativos). Também o *Novidades*, em 1902, introduz o título sobre mais de uma coluna “Cronica de S. Bento” (com subtítulo: “A discussão do convénio na Câmara dos Deputados”¹⁶), cobrindo com títulos *grandes* a política nacional, até 1905. E até o *Diário de Notícias*, em 1904, pela primeira vez destaca em título a formação de um novo ministério (progressista, liderado por Luciano de Castro). No entanto, é o jornal *O Século* quem modifica mais a sua titulação. Este jornal, ainda que pontualmente, entre 1900 e 1905, volta a recorrer ao título *grande* para cobrir assuntos controversos de política nacional, postura que, como vimos, abandonara em 1892. Assim, logo em 1901, quando o anticlericalismo ganhou expressão pública com o “Caso Calmon”, o *O Século* cobre a temática com três títulos sobre mais de uma coluna. No ano seguinte, assume pela titulação uma posição combativa: durante 44 dias, entre julho e agosto, lança uma campanha que denuncia a especulação de Eduardo Burnay em torno do monopólio dos tabacos¹⁷. No total de 57 títulos *grandes* sobre política nacional, 44 foram preenchidos com esta temática.

Embora, em termos quantitativos, 1906 seja o ano de acentuada mudança na titulação d’ *O Século*, algumas alterações qualitativas são perceptíveis em 1905, no quadro da “questão dos tabacos”. A negociação de um novo contrato do Estado para a exploração do negócio dos tabacos (um dos mais rentáveis ramos da indústria portuguesa) é consensualmente apresentada como tendo espoletado divisões no sector monárquico, que tornaram o “rotativismo inoperante” (Valente 1999, p.36). No espaço de um ano (1905-06), a crise saldar-se-ia pela queda de dois governos, uma cisão do partido progressista, liderada por José Alpoim (Dissidência Progressista), e o regresso à política ativa de João Franco, dissidente do partido regenerador, líder do Partido Regenerador Liberal. A questão dos tabacos teria particular impacto na titulação da primeira página d’ *O Século*. Em maio de 1905 deparamos com o primeiro título recenseado, nos últimos 15 anos, que nomeia um líder político da oposição (“Conselheiro José Maria Alpoim”). No final do ano, neste jornal, surgem títulos *grandes* sobre quatro comícios (que envolvem republicanos e monárquicos), assunto também ausente há mais de uma década. Em 1906 a temática política intensifica-se nos títulos *grandes* e os subtítulos longos regressam ao jornal. Durante o mês de fevereiro, o jornal introduz uma espécie de rubrica, sobre mais de uma coluna, intitulada Parlamento / Câmara dos deputados, que seria retomada no último trimestre deste ano. Através dela, e pela primeira vez nos quinze anos consultados, o debate político parlamentar era elevado a título *grande*. Em 1906, também os atos

¹⁶ O título “Crónica de S. Bento” ressurgiu, sem subtítulo, em 1903, sendo utilizado 12 vezes.

¹⁷ Reproduzindo a duas colunas, repetidamente o título: “O Monopólio dos Tabacos”, com subtítulo, “Extorsão Colossal de Milhares de contos”.

eleitorais surgem destacados em três edições: uma nas eleições de 29 de abril; duas nas eleições de 19 de agosto.

Os confrontos de republicanos com a polícia, na estação do Rossio, à chegada de Bernardino Machado, a 4 de maio de 1906¹⁸, reintroduzem o partido republicano nos destaques em título d' *O Século*¹⁹. No entanto, a presença republicana só ganha maior expressão no último trimestre deste ano, quando a nova composição parlamentar, saída das eleições de agosto, passa a integrar quatro deputados republicanos.

Entender a mudança na prática de titulação, neste ano de 1906, observada nos jornais da amostra, obriga a ter presente a mudança de ciclo político que ocorre com o fim do rotativismo. A tentativa de recomposição das forças monárquicas, na primavera de 1906, com a constituição de uma coligação entre progressistas e regeneradores liberais, catapultaria João Franco para o governo, a 19 de maio. A promessa de uma governação liberal, assente na tolerância e liberdade, contida no anúncio público do programa do chefe do partido regenerador liberal (em 25 de maio), seria, entre outros aspetos, acompanhada pela mudança da política eleitoral, permitindo aos republicanos, a 19 de agosto, eleger quatro deputados: Afonso Costa, António José de Almeida, João de Meneses e Alexandre Braga. O uso do título *grande*, para cobrir assuntos políticos nacionais, integra, representa e divulga a conturbada vida parlamentar, bem como o crescimento do movimento republicano.

Também o *Diário de Notícias* modifica a sua titulação sobre política nacional a partir do segundo semestre de 1906. Assuntos da atualidade política têm agora destaque: desde as eleições de 19 de agosto, às insubordinações a bordo dos navios de guerra, às sessões no parlamento onde se discute os adiantamentos à casa real ou a expulsão dos deputados republicanos. O enfoque no assunto político continuaria n' *O Século* e no *Diário de Notícias*, no ano de 1907, e coincidiria com a adoção de subtítulos informativos (Gráfico 3). Os dois jornais, por exemplo, realçariam a discussão em torno da nova lei liberdade de imprensa, da crise académica em Coimbra, não poupando em adjetivação o fecho do parlamento por João Franco. O *Diário de Notícias* descreveria aquele momento político, em título, por quatro vezes, como "A ditadura".

Com menor frequência, mas seguindo uma nova titulação, também o *Diário Popular*, em 1906, enfatiza a luta político partidária nos seus títulos, seja pela introdução do destaque "Boletim Parlamentar", logo em setembro, pelo destaque dado à discussão da nova Lei de Imprensa, ou, já em maio de 1907, pela clara responsabilização do rei pelo governo ditatorial de João Franco²⁰.

O *Novidades* que quase deixara de utilizar títulos *grandes* recupera esta prática no segundo semestre de 1907. Tal deveu-se à vaga repressiva que se seguiu ao "18

¹⁸ Depois da famosa "chapelada do Peral", quando Bernardino Machado renuncia ao "lugar oferecido" no Parlamento pelo partido do governo.

¹⁹ Cobre com 3 títulos *grandes*, em dias sucessivos, o congresso do partido republicano, dia 30 de junho, 1 e 2 de julho. Mas sete dias depois o *O Século* também destacava "Conselheiro João Franco", com subtítulo, "A conferência de ontem. Partida do Porto- chegada a Lisboa". João Franco era assim o primeiro chefe de governo a "subir" a título *grande*, no *O Século*, em título celebrativo de uma atividade isenta de controvérsia.

²⁰ "As Cortes no Paço", título sobre duas colunas, a 31 de maio.

de junho de 1907²¹. Logo a 19, apresentou o título sobre duas colunas, “Turquia no Ocidente”, com *grande* subtítulo²². Entre junho e dezembro este jornal utiliza 8 vezes títulos *grandes* sobre a atualidade política.

Em contrapartida, entre 1906 e 1907, o *O Paiz/O Mundo* vai sobrepor à sua habitual cobertura da atualidade política uma outra prática, já experienciada pela restante imprensa: a constante celebração de factos e figuras do movimento republicano. A vida partidária torna-se relevante, multiplicando-se os títulos *grandes* que recaem sobre a inauguração de centros republicanos²³ e sobre os “notáveis” do partido²⁴. Em 1906, no total de 283 títulos, sobre mais de uma coluna, 60 recaem na evocação do nome de um correligionário.

Em véspera do regicídio, nos jornais de Lisboa a adoção de uma nova forma de comunicar o assunto político (título *grande*) inscrevia-se no processo de mudança política marcado por maior participação e relevância da atividade política.

4. Considerações finais

Os media têm um lugar destacado na luta pela imposição de representações sociais.

Através da análise do uso do título, na primeira página, nos seis jornais diários da amostra, no período de 1889 a 1907, ficou claro que até ao início do século XX prevaleceu uma convenção jornalística hostil ao uso de títulos *grandes* que destacassem o assunto político. Esta convenção valorizava a prudência e a moderação, preservando o político do olhar público, cultivando a distancia dos protagonistas. A resistência à adoção do título *grande* parece articular-se com a conceção do político como arena de acesso restrito, presente na monarquia liberal representativa, confirmando-se, assim, a afirmação de Hallin e Mancini (2010) da imprensa tender a assumir a forma e a “coloração” das estruturas sociais e políticas. Esta interpretação torna-se mais plausível quando observamos que os jornais informativos, com maior tiragem e meios técnicos, como o *Diário de Notícias* e *O Século*, também adotam relutantemente a nova prática jornalística. Em contrapartida, apenas foram recenseadas

²¹ A 18 de junho de 1907, João Franco, quando regressava de uma visita político partidária ao Porto, foi recebido por uma manifestação de protesto, na estação do Rossio, contra o encerramento do parlamento, que contou com a presença de republicanos, dissidentes progressistas, regeneradores, pautada por confrontos com a polícia, da qual resultaram dois mortos e vários feridos.

²² Lia-se: “À hora a que o ditador, na rua da Emenda, com a casa cercada pela força pública, prepara novas violências, a polícia e a guarda municipal, no Rocio, repetem a carnificina da véspera—O argumento das balas para demonstrar...que a “opinião pública” está com o governo! O Ministro do reino mistificador confesso, manda efetuar rugas nas hospedarias e vielas escusas, com o intuito de fazer acreditar que os manifestantes do dia 18 eram gente de má nota, quando a verdade é que a simples leitura da lista de feridos, por exemplo, demonstra o contrário - Mais uma vez desmascarado”.

²³ Pela primeira vez surgem destaques sobre inaugurações de centros republicanos (29 de janeiro, 4 de fevereiro, 2 de agosto), mas também iniciativas de carácter recreativo e educativo de grupos de correligionários (7 de abril, 14 de maio, 1 de setembro).

²⁴ Em 1905, em destaque de título e de forma individualizada: Bernardino Machado, 4 vezes, Manuel de Arriaga, 2 vezes, Alves Correia, 1 vez, Afonso Costa, 1 vez.

duas exceções, durante a década de noventa, que quebraram com essa convenção jornalística: os jornais republicanos demo-liberais, o *Vanguarda* e o *O Paiz/ O Mundo*.

No mesmo sentido, a introdução e generalização desta prática, do uso do título *grande* para cobrir assuntos políticos, só se generaliza a partir de 1906 e é então que se altera a leitura do jornal, facilitando o acesso ao assunto político, favorecendo a afirmação de uma nova representação da “política”, mais democrática: arena aberta (exposta), com relevância, e ao alcance de todos (acessível a um público mais vasto). Não obstante, se o campo político se alargava a novos agentes e o assunto político se elevava a temática crucial da representação da realidade, este não era um ponto de chegada, mas antes de partida, de um sinuoso e frágil processo de democratização, assente num amplo espectro político, inexperiente, insuscetível de valorizar a negociação ou o compromisso.

Referências

- Almeida, P.T. (2011). O sistema eleitoral e as eleições em Portugal (1895-1910)”. Em A. Freire (Coord.), *Eleições e Sistemas Eleitorais no Século XX Português, Uma Perspectiva Histórica e Comparativa* (pp. 85-99). Edições Colibri.
- Baptista, C. (2012). *Apogeu, morte e ressurreição da política nos jornais portugueses do século XIX ao marcelismo*. Escritório.
- Barros, J.L. (2021). *O jornalismo político republicano radical, O Mundo (1900-1907)*. Edições IPL.
- Bobbio, N. (1996). *Libéralisme et démocratie*. Les Editions du CERF.
- Broersma, M. J. (2007). Form, Style and Journalistic Strategies. An Introduction. In M.J. Broersma (Ed.), *Form and Style in Journalism. European Newspapers and the Representation of News 1880-2005* (pp. IX-XXIX). Peeters.
- Catroga, F. (2000). *O Republicanismo em Portugal, da formação ao 5 de outubro de 1910*. Editorial Notícias.
- Dayan, D., & Katz, E. (1999). *A História em Directo, os acontecimentos mediáticos na televisão*. Minerva.
- Dias, L.A.C. (2007). O papel do impresso: a imprensa e a transformação do espaço público em Portugal (último quartel do século XX – primeiro quartel do século XX). *Estudos do Século XX*, 17, 7, 307-317. https://doi.org/10.14195/1647-8622_17_3
- Gouveia, R. J. (2010). *O «Século» na crise do ultimato*. Universidade Católica Editora.
- Hallin, D., & Mancini, P. (2010). *Sistema dos Media: Estudo Comparativo. Três Modelos de Comunicação Política*. Livros Horizonte.
- Ramos, R. (2001). *João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal, (1884-1908)*. Instituto de Ciências Sociais.
- Ranciére, J. (2010). *O Espectador Emancipado*. Orfeu Negro.
- Rosas, F. (1989). A crise do liberalismo e as origens do autoritarismo moderno e do Estado Novo em Portugal. *Penélope*, (2), 97-114. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2690767>
- Santos, R. (2006). O Jornalismo na Transição do Século XIX para o XX. O Caso do Diário Novidades (1885-1913). *Media & Jornalismo*, (9), 89-104.
- Schudson, M. (1999). A Política da forma narrativa: a emergência das convenções noticiosas na imprensa e na televisão. Em N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”* (pp.278-293). Vega.

Tengarrinha, J. (1971). *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. Portugália Editora.

Torres, E.C. (2018). *A greve geral de 1903 no Porto: um estudo de história, comunicação e sociologia*. Afrontamento.

Trindade, L. (2006). *Primeiras Páginas, O século XX nos jornais portugueses*. Tinta-da-China.

Valente, V. P. (1999). *O Poder e o Povo* (3ªed.). Círculo de Leitores.

Conflito de interesses | Conflict of interest

A autora não tem conflitos de interesses a declarar.
The author has no conflicts of interest to declare.

Nota biográfica | Biographical note

Júlia Leitão de Barros. Doutorou-se em História pela NOVA FCSH, em 2014, com a tese *O Jornalismo Político Republicano Radical. O Mundo (1900-1907)*. É coordenadora da secção de Estudos Media e Jornalismo na Escola Superior de Comunicação Social, onde leciona, desde 1997, História dos Media. É investigadora do Instituto de História Contemporânea da FCSH. A sua grande área de interesse é a história do jornalismo em Portugal nos séculos XIX e XX.

Público em 2022 *Censura, A Construção de uma Arma Política do Estado Novo*, Tinta da China, Lisboa.

Ciência ID: 6A1B-185E-728D

Morada: Campus de Benfica do IPL, 1549-014 Lisboa, Portugal

Como Citar | How to cite

Barros, J.L. de (2023). Convenções jornalísticas e mudança política no início do século XX. *Media & Jornalismo*, 23(43), 73-90. https://doi.org/10.14195/2183-5462_43_4

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional